

TEORIAS DA CONSPIRAÇÃO SOB O SIGNO DE EVENTOS: UMA ANÁLISE SOCIOTÉCNICA ACERCA DA PSICOLOGIA DO CONSPIRACIONISMO

*CONSPIRACY THEORIES UNDER THE SIGN OF
EVENTS: A SOCIOTECHNICAL ANALYSIS OF THE
PSYCHOLOGY OF CONSPIRATIONISM*

*TEORÍAS DE CONSPIRACIÓN BAJO EL SIGNO DE
LOS EVENTOS: UN ANÁLISIS SOCIOTÉCNICO DE
LA PSICOLOGÍA DEL CONSPIRACIONISMO*

Leonardo Wilezelek Soares de Melo¹ e Moisés Alves de Oliveira²

¹ Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Paraná/PR, Brasil

² Universidade Estadual de Londrina (UEL), Paraná/PR, Brasil

RESUMO: Teorias da conspiração são marcadas pelas polêmicas. O conceito que as inscreve angariou socialmente um aspecto depreciativo. Neste ensaio, defendemos a tese de que a realidade de teorias conspiratórias não pode ser separada de certos processos sociotécnicos, consideração que nos levou a discuti-la sob o signo de eventos, na esteira da concepção oriunda de James, Whitehead e Latour. Defendemos isso a partir da demonstração de alguns procedimentos oriundos da psicologia do conspiracionismo que podem auxiliar na compreensão desse caráter pragmático da instauração do conceito. Esperamos que essa iniciativa abra margem para abordagens interessadas na análise do caráter prático da formação de teorias da conspiração, levando em conta suas bases sociais e culturais.

Palavras-chave: Teorias da conspiração; Circulação de referências; Pragmatismo; Desinformação; Psicologia Social.

ABSTRACT: Conspiracy theories are marked by controversy. The concept that describes them has acquired a socially derogatory aspect. In this essay, we defend the thesis that the reality of conspiracy theories cannot be separated from certain sociotechnical processes, a consideration that led us to discuss it under the sign of events, following the conception originating from James, Whitehead and Latour. We argue this by demonstrating some procedures originating from the psychology of conspiracionism that can help in understanding the pragmatic nature of the establishment of the concept. We hope that this initiative will open up opportunities for approaches that are interested in analyzing the practical nature of the formation of conspiracy theories, taking into account their social and cultural foundations.

Keywords: Conspiracy theories; Circulation of references; Pragmatism; Disinformation; Social Psychology.

RESUMEN: Las teorías de conspiración están marcadas por la controversia. El concepto que los describe ha adquirido un aspecto socialmente despectivo. En este ensayo defendemos la tesis de que la realidad de las teorías de conspiración no puede separarse de ciertos procesos sociotécnicos, consideración que nos llevó a discutirla bajo el signo de los eventos, siguiendo la concepción originada en James, Whitehead y Latour. Defendemos esto demostrando algunos procedimientos originados en la psicología del conspiracionismo que pueden ayudar a comprender esta naturaleza pragmática del establecimiento del concepto. Esperamos que esta iniciativa abra camino a enfoques interesados en analizar la naturaleza práctica de la formación de teorías de conspiración, teniendo en cuenta sus bases sociales y culturales.

Palabras clave: Teorías de conspiración; Circulación de referencias; Pragmatismo; Desinformación; Psicología Social.

1 Introdução

O que é uma teoria da conspiração? Responder a esse problema pode levar a um quebra-cabeça espinhoso, considerando a amplitude de formas socioculturais às quais essa expressão pode fazer referência: atitudes, mentalidades, crenças, alegações, narrativas, suspeitas etc. Paralelamente, as descrições sobre as prováveis motivações que levariam pessoas a suportar teorias conspiratórias também costumam ser variadas: Traços de personalidade, necessidade de pertencimento a um grupo, demanda por fechamento cognitivo são alguns fatores psicossociais associados a seu suporte (Douglas et al., 2017). Questões socioculturais em torno de seus adeptos tendem a englobar aspectos como o preconceito de classe, de gênero e o apego exacerbado a certos valores culturais, como a masculinidade (Bogart et al., 2016). Já a interferência de elementos sociotécnicos, como o ambiente polarizado de mídias sociais e seus algoritmos de impulsionamento de conteúdo, vem sendo discutida como um aspecto agravante do conspiracionismo entendido como uma dinâmica social de desinformação (Bessi et al., 2015).

Na esteira dessa amplitude temática, a popularidade de teorias da conspiração como tema de interesse acadêmico cresceu vertiginosamente ao longo dos anos. Desde as proposições de Karl Popper (1974) sobre as teorias conspirativas da sociedade, perpassando as ponderações de Richard Hofstadter (1964) sobre a emergência de narrativas conspiratórias no âmbito político estadunidense do século XX, se estabelecendo mais recentemente enquanto objeto de estudo multidisciplinar em áreas como Psicologia, Psiquiatria, Sociologia, Antropologia, Jornalismo, Ciência da Informação etc., discussões sobre teorias da conspiração se tornaram quase um modismo nas discussões sobre negacionismo científico e proliferação de informações falsas. Nos termos de Bruno Latour (2012), pode-se concebê-las como complexas “questões de interesse”, isto é, agências reais, objetivas, tomadas não apenas como objetos de pesquisa, mas, sobretudo, como assembleias, capazes de atrair múltiplos pontos de vista interessados em sua investigação, além de envolver uma realidade singular passível de ser apreendida por intermédio daquela pluralidade.

Considerando essas e outras questões, nosso objetivo neste ensaio foi discutir sobre a realidade das teorias da conspiração, demonstrando alguns processos de instauração desse conceito envolvendo ações específicas, vinculadas, principalmente, a discussões oriundas da academia científica. Nesse seguimento, julgamos importante pontuar uma diferenciação: ao longo do texto, citamos “teorias da conspiração” como o conceito fortemente depreciativo usualmente, mas nem sempre associado a “alegações de complô” (como desconfiar que certos grupos estão atuando veladamente para prejudicar outros grupos ou circunstâncias) (Goertzel, 1994; Wood et al., 2012); (Napolitano & Reuter, 2021), ao passo que o termo “conspiracionismo” foi mencionado para se referir aos movimentos ou coletivos engajados em torno dessas teorias.

Para cumprir esse objetivo, nos afastamos, de um lado, de concepções realistas ingênuas, que pressupõem a ocorrência em si de fenômenos como suficiente para garantir sua existência social; e de outro, de abordagens críticas que conferem ao olhar do especialista o poder unívoco de decisão sobre as formas de existência dos atores sociais. Nos firmando em uma perspectiva pragmática, procuramos defender a seguinte tese: a realidade de uma teoria conspiratória não pode ser separada de certos processos sociotécnicos de instauração, que estão condicionados a ações humanas e não humanas responsáveis por conferir a esse conceito condições singulares de existência. Para sustentar nossas discussões, buscamos apoio teórico nas perspectivas de Bruno Latour (2001; 2011; 2012); William James (2013), Alfred North Whitehead (1993), além

de suporte empírico em artigos acerca da psicologia das teorias da conspiração. Apresentamos, no tópico a seguir, algumas reflexões a respeito das bases de nossa tese.

2 Teorias da conspiração e ciência moderna: tensão fundamental

O debate sobre a realidade das teorias da conspiração é indissociável das questões em torno da natureza do conhecimento científico. Tal assunção se mostra verdadeira não apenas por conta das diversas controvérsias acadêmicas em torno do tema, mas devido aos desdobramentos socio-técnicos que aquele fenômeno – para enquadrá-las em uma gramática kantiana – têm mobilizado em âmbitos culturais. Além disso, discussões acadêmicas e dinâmicas culturais como o conspiracionismo coabitam, com frequência, o mesmo ambiente em termos das políticas do conhecimento. Isso ocorre porque “qualquer uso do conceito de teoria da conspiração sempre implica uma demarcação entre o conhecimento legítimo e racional e o absurdo ilegítimo e irracional” (Bjerg; Presskorn-Thygesen, 2017, p. 02, nossa tradução). Em outras palavras, quer dizer que o aspecto muitas vezes negacionista associado às teorias da conspiração não obrigatoriamente desloca a questão da realidade dessas teorizações para longe da academia.

Uma característica marcante na postura dominante da academia diante de teorias da conspiração é seu aspecto purificador em relação à natureza das Ciências. Isso porque abordagens científicas tendem a analisar esse cenário em função de uma dicotomia na qual estariam posicionados: no centro, os fatos científicos, julgados como entidades independentes, inequívocas e objetivamente acessíveis, sendo os cientistas os atores primordialmente confiáveis para desvendá-los em âmbitos sociais; enquanto os nomeados “teóricos da conspiração” costumam ser posicionados à margem do debate, relegados ao desprestígio social e à estigmatização. Esse tipo de caracterização costuma se desdobrar em uma ilusão modernista, retratadora de uma Ciência infalível e inquestionável, transformando as controvérsias em torno da natureza do conspiracionismo em uma jornada do bem contra o mal. Como consequência, essa purificação tende a reduzir as motivações concretas que levam pessoas a suportarem alegações de complô infundadas a aspectos psicossociais e culturais considerados indesejáveis, analisados, em grande medida, a partir de perspectivas elitistas e autoritárias (Harambam, 2021).

Descrevendo dessa maneira, não pretendemos negar os vários problemas carregados pelas teorias conspiratórias e seus adeptos em níveis epistêmicos, sociais e existenciais. Podemos elencar, respectivamente: percepções descomedidas sobre agência e intencionalidade em situações nas quais elas claramente não existem (como nas alegações de que a NASA e os cientistas estão operando ocultamente para esconder a suposta verdade sobre o formato plano da Terra); expectativa exagerada de manter uma imagem positiva de si ou de um grupo (como nos casos em que certos grupos – como religiosos ou até mesmo alguns comunistas – delegam a causalidade de eventos a fatores externos e malévolos); e a necessidade de se sentirem autônomos, especiais, ou até mesmo únicos diante de uma circunstância incerta (Douglas et al., 2017; Douglas et al., 2019).

Mais amplamente, gostaríamos de ressaltar três problemas acerca do conspiracionismo que se tornam difíceis de serem compreendidos a partir de abordagens purificadoras: i) o fato de muitos cientistas se mostrarem engajados em alegações conspiratórias. Essa questão foi discutida por Ted Goertzel (2010), argumentando sobre tal circunstância ser mais comum entre cientistas *outsiders*, que empregam alegações de complô para atacar o *mainstream* de sua área acadêmica, ou, ainda, entre aqueles com problemas concernentes a sua saúde mental. De todo modo, como

cientistas não estão avessos a vieses cognitivos ou práticas anticientíficas, a própria dicotomia “Ciência *vs* negacionismo científico” pode se tornar logicamente limitada se levada às últimas instâncias; ii) a pouca abertura ao diálogo por parte de divulgadores de Ciências. Sobre isso, Alessandro Bessi et al. (2015) verificaram empiricamente como a posição majoritária de divulgadores científicos em mídias sociais tende ao ataque aos adversários, se fazendo valer de argumentos oriundos principalmente de suas próprias bolhas de conteúdo específico (ou câmaras de eco). Esse tipo de posicionamento, além de despótico, pode acarretar o afastamento de sujeitos ou grupos engajados em alegações conspiratórias potencialmente abertas ao diálogo com profissionais e comunicadores das Ciências; iii) os próprios limites epistêmicos, sociais, políticos e humanos dos profissionais das Ciências em explicar certos eventos que os nominados “teóricos da conspiração” buscam explorar, muitas vezes, com um menor grau de responsabilidade comunicacional ou rigor metodológico.

Nesse sentido, abordagens como os Estudos de Ciência e Tecnologia e os Estudos Culturais das Ciências procuraram, nas últimas décadas, questionar o caráter purificador de certas abordagens filosóficas das Ciências, que conferem à Ciência moderna uma faceta absolutista, a-histórica e elitista. Nem sempre elas têm obtido sucesso nos debates acadêmicos e midiáticos, sendo, muitas vezes, associadas a malgrados tais quais a emergência de discursos de extrema-direita no século XXI, além do enfraquecimento epistêmico dos discursos científicos em contextos de ataques a instituições e produções científicas (McIntyre, 2018). Todavia, gostaríamos de retomar alguns de seus fundamentos para embasar nossa tese a respeito da realidade das teorias da conspiração. Para isso, propusemos reler as discussões promovidas por Latour (2001; 2011; 2012) a partir de uma perspectiva pragmática, nos firmando em algumas de suas fundações em discussões e conceitos de William James (2013) e Alfred Whitehead (1993). Antes de apresentar essas discussões, tecemos alguns comentários a respeito do método ensaístico utilizado no texto.

3 A circulação de referências na produção da realidade das teorias da conspiração: breves considerações metodológicas

Em termos metodológicos tradicionais, o presente texto pode ser enquadrado como uma pesquisa de cunho qualitativo-documental, na qual a fonte primordial de coleta e análise de dados reside em documentos primários (construídos pelo autor) ou secundários (construídos por terceiros) (Marconi & Lakatos, 2003). Neste manuscrito, os documentos de estudo se resumiram a artigos recolhidos de uma busca bibliográfica na base *Web of Science*. No entanto, nos findamos em um formato ensaístico para apresentar os resultados dessas análises, considerando a característica exploratória que esse formato discursivo empreende.

O ensaio, segundo Adorno (2003, p. 28), “incorpora o impulso antissistemático em seu próprio modo de proceder, introduzindo sem cerimônias e ‘imediatamente’ os conceitos, tal como eles se apresentam”. Isso ocorre na medida em que seu formato permite certo grau de experimentação em relação ao conteúdo de discussão, pois sua marca está na descontinuidade, isto é, na dinâmica do pensamento o qual se está edificando, ao invés da busca por fidelidade diante de um objeto de referência. Dessa forma, o formato de ensaio foi aplicado neste artigo como uma maneira de explorar as nuances da instauração prática do conceito de teorias da conspiração, tomando como base as ideias, métodos e procedimentos aplicados em artigos da área de psicologia social acerca desse tema, que foram analisados a partir da perspectiva pragmática de Bruno Latour (2001; 2011; 2012).

A perspectiva metodológica desenvolvida por Latour (2001, p. 39) pode ser assimilada a partir da seguinte citação: “A única maneira de compreender a realidade dos estudos científicos é acompanhar o que eles fazem de melhor, ou seja, prestar atenção aos detalhes da prática científica”. Ela é didática no sentido de demonstrar a abordagem pragmática desenvolvida pelo filósofo francês a respeito da realidade das produções científicas. Pragmática porque retoma a concepção jamesiana de realidade, segundo a qual o real deixa de ser compreendido a partir da adequação entre linguagem e natureza, passando a ser assumido como uma consequência de processos deambulatorios capazes de coproduzir sua concreta e contingente existência (James, 2013). Nas palavras de Francisco Salinas (2016, p. 10, nossa tradução), uma abordagem que concebe o real não enquanto construção exclusiva do sujeito, tampouco como entidade ontologicamente autônoma, mas aquilo “que resulta da codeterminação entre humanos e objetos”.

Como mencionado, os fundamentos desse realismo inaugurado por Latour (2001) têm bases importantes no pragmatismo de James (2013). Ao defender o pragmatismo como “somente um método”, o pensador norte-americano engendrou uma forma peculiar de analisar a realidade, pautada no escrutínio das coisas últimas, dos desdobramentos práticos, das consequências das agências mundanas, em detrimento da predileção pelos princípios, pelas origens, pelos juízos *a priori*. Indo além de uma abordagem restrita aos estudos da mente – como era o cerne dos estudos de James – o pragmatismo jamesiano acarretou renovações importantes no que se refere à episteme do saber. Por exemplo, transferiu o cerne das análises da realidade para as relações entre coisas, não apenas de maneira sociológica, mas plena e ontológica. Como consequência, “enfraqueceu” as teorias científicas, abandonando seu aspecto tradicional de respostas a enigmas, isto é, explicações corresponsáveis por desvendar uma realidade autônoma e independente. De outro modo, teorias angariaram no pragmatismo jamesiano um aspecto de mobilidade, assumindo o papel de instrumentos por meio dos quais podemos renovar a natureza por intermédio de seus estratégias. Na esteira dessa renovação, a própria verdade científica se tornou processual, pois deixou de ser entendida como propriedade inerente a uma ideia, passando a ser assimilada enquanto consequência dos acontecimentos em torno de sua própria sua validação: “A verdade **ACONTECE** a uma ideia, ela **TORNA-SE** verdade, é **FEITA** verdade por eventos” (James, 2013, posição 1781, tradução nossa, grifo nosso).

O desenvolvimento da concepção deambulatoria de James (2013) por Latour (2001) sustentou a instauração de uma série de concepções fundamentais em sua obra, como a de “referência circulante”. O cerne desse conceito reside na consideração de que a instauração da realidade nas Ciências da Natureza não decorre da existência de uma lacuna entre palavras e coisas, e tampouco da correspondência entre essas duas entidades supostamente incomensuráveis segundo o paradigma moderno. Mais amplamente, seu argumento defende a existência de um processo dinâmico no qual cientistas, técnicos e profissionais engajados no trabalho científico, em conjunção com toda uma gama de aparatos não humanos instrumentais, fazem circular uma massa de referências – como conceitos, métodos, dados e argumentos – ao longo de uma série de transformações, postas a funcionar experimental e discursivamente nos processos de investigação científica.

Para demonstrar como esse conceito opera no âmbito das Ciências da Natureza, o filósofo francês narrou em seu livro “A Esperança de Pandora: Ensaio sobre a Realidade dos Estudos Científicos” um caso envolvendo a atuação de quatro pesquisadores – incluindo Latour – interessados no estudo de um acontecimento inusitado: o registro de uma planta, característica do bioma savana, em plena Floresta Amazônica. Essa circunstância inesperada se desdobrou em uma controvérsia centrada em Edileusa, botânica brasileira, que cunhou a hipótese de a floresta estar avançando sobre sua vizinhança como uma resposta ao processo de savanização; e Armand, um

pedólogo francês, defensor da hipótese de aquele ser um sinal do avanço da savana sobre a floresta. Essa divergência de pontos de vista motivou uma expedição pela região amazônica de Boa Vista, Rondônia, no intuito de investigar evidências que poderiam explicar o estranho ocorrido. Reunidos em um trato de terra mapeado por Edileusa, o grupo de pesquisadores empregou uma série de procedimentos no local: cavou o solo daquele sítio para avaliar sua composição subterrânea; mensurou o terreno da região com o auxílio de um instrumento específico para medições pedológicas (o pedofil); retirou amostras de solo referentes às coordenadas cuidadosamente registradas; depositou diversas amostras nos compartimentos de um pedocomputador, objeto utilizado para transportar e, ao mesmo tempo, identificar os torrões de terra com números e cores. Por meio dessas intervenções, os pesquisadores transformaram o acontecimento “floresta-savana” em um protolaboratório, possibilitando a identificação de padrões daquela realidade indescritíveis senão por intermédio de todo aquele aparato sociotécnico. Esses padrões foram inscritos em um diagrama que combinava os dados mapeados ao longo da expedição, inscrito posteriormente em um artigo científico, cuidadosamente produzido no intuito de ser exposto à avaliação pelos pares das Ciências do Solo. Nesse processo, o conhecimento sobre o acontecimento “floresta-savana” se tornou o resultado dessa massa de referências circulando entre a emergência do problema até a inscrição em um texto científico, de maneira que cada procedimento realizado se tornou material para a etapa seguinte e, ao mesmo tempo, uma explicação para a etapa anterior (Latour, 2001).

Latour (2001), por motivos que aqui não cabem, não nos contou o final dessa história. Contudo, gostaríamos de tomar como fundamento sua metodologia deambulatória de análise no intuito de delinear a tese do presente ensaio. Nosso argumento reside sobre a hipótese de que estudiosas e estudiosos engajados nos estudos sobre o conspiracionismo se fazem valer de procedimentos deambulatorios similares – mas não idênticos – aos descritos por Latour (2001) sobre o acontecimento “floresta-savana” para instaurar a realidade das teorias da conspiração.

Para corroborar essa tese, gostaríamos de apresentar um exemplo oriundo de estudos sobre a psicologia do conspiracionismo. Analisamos o corpo teórico de determinados artigos publicados na *Web of Science*, demonstrando alguns procedimentos sociotécnicos por meio dos quais as pesquisadoras e os pesquisadores envolvidos fizeram circular referências em meio a entrevistas, diagramas, procedimentos estatísticos e artigos até o estabelecimento de um conceito particular sobre teorias conspiratórias: o Sistema Monológico de Crenças (SMC). Nesse processo, nos firmamos, sobretudo, na análise dos métodos aplicados e nos resultados obtidos nessas pesquisas, explorando as controvérsias entre aqueles artigos que corroboravam o SMC e aqueles que criticavam seu escopo teórico. Dessa forma, procuramos discutir sobre como essas disputas teórico-metodológicas contribuíram para instaurar a realidade do conceito de teorias da conspiração, com desdobramentos multifacetados para os estudos psicossociais do conspiracionismo.

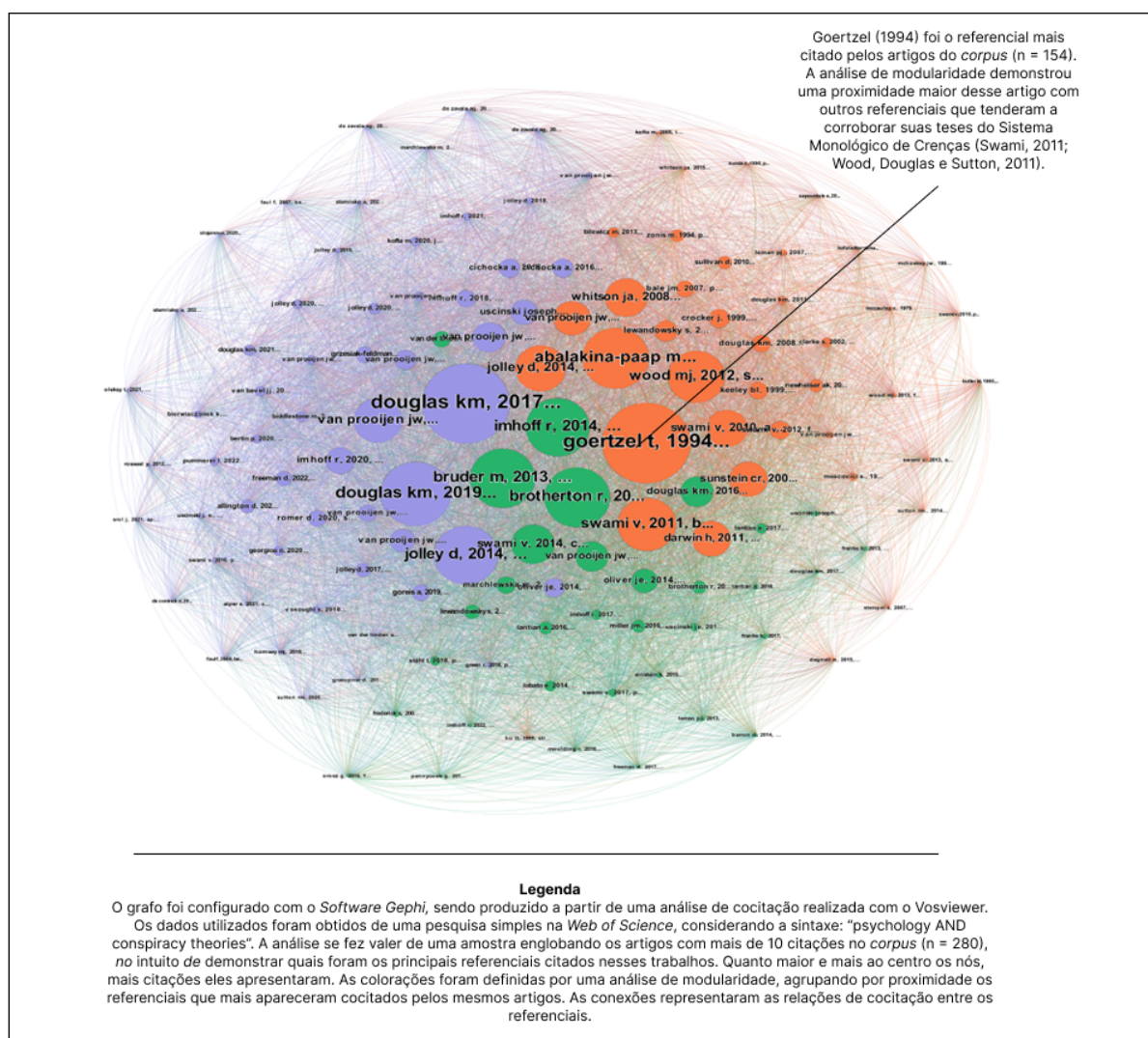
3.1 Teorias da Conspiração e o Sistema Monológico de Crenças (SMC)

As pesquisas sobre a psicologia do conspiracionismo cresceram quali e quantitativamente desde a década de 1990. Nesse quadro analítico, as abordagens investigativas têm se mostrado múltiplas, destacando elementos como “traços de personalidade (por exemplo, autoritário, narcisista), vieses cognitivos (por exemplo, viés de confirmação e reconhecimento de padrões ilusórios) e aflições psicológicas mais gerais (ansiedade, estresse, incerteza, exclusão, vitimização, anomia, cinismo, desconfiança etc.)” em torno da realidade desse fenômeno (Harambam, 2021, p. 105, minha tradução). Em termos das políticas do conhecimento, contudo, as investigações têm se pautado, sobretudo, nas consequências deletérias da crença no conspiracionismo na vida das

pessoas, delineando teorias da conspiração como resultantes indesejáveis de motivações epistêmicas, existenciais e sociais diversas (Douglas et al., 2017).

Um trabalho seminal para a consolidação desse “paradigma” foi desenvolvido por Goertzel (1994). Uma representação do impacto desse trabalho no campo da psicologia pode ser visualizada no grafo da Figura 1, demonstrando as relações de cocitação no *corpus* de artigos, construído a partir de seguinte busca na base *Web of Science*: “psychology AND conspiracy theories”. Dissecando a crença em teorias da conspiração, esse artigo se mostrou singular, dentre outras coisas, por sua metodologia empírica, firmada na realização de entrevistas por telefone em 348 residências aleatórias na região de Nova Jérsei, nos Estados Unidos da América (EUA). Dentre as questões apresentadas, as temáticas envolveram uma pergunta sobre a morte do ex-presidente americano John Kennedy ter sido motivada por uma conspiração organizada ou por um atirador solitário, além de nove itens sugerindo enunciados conspiratórios reais, os quais deveriam ser avaliados pelos participantes em função de uma escala de 4 itens: “definitivamente verdadeiros”; “provavelmente verdadeiros”; “provavelmente falsos”; “falsos”. Os resultados dessas respostas foram analisados via regressão multivariada, sendo utilizados para construir uma escala da crença em teorias da conspiração que apresentou um coeficiente de confiabilidade (α) de 0,78.

Figura 1 - Grafo representativo das cocitações no corpus analítico.



Fonte: Dados obtidos da *Web of Science*.

Sobre os resultados da pesquisa, Goertzel (1994) verificou uma forte correlação da crença em teorias da conspiração com a anomia social, isto é, um tipo de *status* no qual o indivíduo não percebe mais as normas de um objeto social, perdendo a confiança na legitimidade de instituições ou na sociedade como um todo (Fleury et al., 2018). Além disso, a condição de minoria social – como no caso da população afro-americana – também foi fortemente correlacionada ao conspiracionismo, sendo esse, contudo, um possível sinal de viés da construção do questionário, uma vez que, segundo o próprio autor, boa parte das alegações apresentadas envolvia assunções conspiratórias dirigidas à população negra. No entanto, a principal contribuição de Goertzel (1994), a nosso ver, foi o modo pelo qual o autor discutiu sua apuração. Se fazendo valer da diferenciação proposta por Goertzel (1993) sobre os sistemas de crenças serem monológicos (aqueles fechados em seu contexto social) e dialógicos (aqueles abertos ao diálogo com seu contexto), aquele autor qualificou a crença em teorias da conspiração como associada aos primeiros (monológicos). Essa característica dificultaria a abertura ao contraditório por parte de seus adeptos, na medida com que, “quanto mais conspirações um pensador monológico acreditar, maior será a probabilidade de ele acreditar em qualquer nova teoria da conspiração que possa ser proposta” (Goertzel, 1994, s. p., nossa tradução). Esse modelo se tornou, então, útil porque se propôs ir além das atitudes das pessoas em si, tomando como fundamento o processo lógico que as levam a agir de maneira conspiratória. Não obstante, o autor reconheceu que o modelo precisaria ser testado mais amplamente a partir de dados de séries temporais, avaliando eventuais modificações nas atitudes das pessoas, e ainda, investigando a propensão de conspiracionistas confiarem em suposições não testáveis e desconfiarem de provas públicas consideradas oficiais.

De fato, a recomendação de Goertzel (1994) foi levada adiante por outros pesquisadores que o sucederam, abrindo margem, inclusive, para controvérsias a respeito da replicabilidade de seu modelo. Concluímos isso com base em outra pesquisa simplificada na *Web of Science*, utilizando a seguinte sintaxe de busca “conspiracy theories AND monological system”, a partir da qual encontramos 13 artigos mobilizando esses dois conceitos conjuntamente. Embora esse resultado não tenha significância estatística quantitativa em termos da produção de artigos no campo de estudos do conspiracionismo, ele tem importância qualitativa devido ao modo como alguns artigos desenvolveram o modelo SMC em seus textos. Na Figura 2, apresentamos uma representação resumida desses trabalhos, contendo suas informações fundamentais e os principais argumentos utilizados pelos autores.

Figura 2 – Artigos que desenvolveram o conceito de Sistema Monológico de Crenças das Teorias da Conspiração.

Artigo	Título	Fonte	DOI	Argumento
Goertzel (1994)	Belief in Conspiracy Theories	Political Psychology	10.2307/3791630	Inaugurou a concepção de Teorias da Conspiração (TC) como Sistema Monológico de Crenças (SMC)
Swami et al., (2011)	Conspiracist ideation in Britain and Austria [...]	British Journal of Psychology	10.1111/j.2044-8295.2010.02004.x	Evidenciaram indícios do SMC ao demonstrar que a crença em uma teoria conspiratória fictícia era sustentada por crenças em TC reais.
Wood et al. (2012)	Dead and Alive: Beliefs in Contradictory Conspiracy Theories	Social Psychological and Personality Science	10.1177/1948550611434786	Corroboraram a natureza monológica das teorias da conspiração, alegando que elas são impulsionadas pela crença em diferentes teorizações, mesmo quando elas são contraditórias.
Swami (2012)	Social psychological origins of conspiracy theories [...]	Frontiers in Psychology	10.3389/fpsyg.2012.00280	Verificou uma correlação entre crenças em teorias da conspiração sobre populações judaicas e chineses e atitudes como o antissemitismo, racismo oriental e autoritarismo de extrema-direita.
Swami e Furnham (2012)	Examining Conspiracist Beliefs About the Disappearance of Amelia Earhart	Journal of General Psychology	10.1080/00221309.2012.697932	Corroboraram a tese do SMC, demonstrando que o suporte a TC pouco plausíveis estava positivamente associado à crença em outras teorizações conspiratórias.
Brotherton et al. (2013)	Measuring belief in conspiracy theories: the generic conspiracist beliefs scale	Frontiers in Psychology	10.3389/fpsyg.2013.00279	Apresentaram um novo instrumento de medida para a crença em TC (Crenças Conspiratórias Genéricas), que corroborou a tese do SMC.
Galliford and Furnham (2017)	Individual difference factors and beliefs in medical and political conspiracy theories	Scandinavian Journal of Psychology	10.1111/sjop.12382	Corroboraram o SMC após verificarem correlações positivas entre a crença em TC políticas e a crença em TC médicas.
Franks et al., (2017)	Beyond "Monologicality"? Exploring Conspiracist Worldviews	Frontiers in Psychology	10.3389/fpsyg.2017.00861	Convergiram pontualmente com o modelo do SMC, mas divergiram no que se refere à imagem tipicamente conferida por esse aos crentes em conspirações enquanto pessoas paranóicas, atípicas, anômicas e irracionais. Sugeriram que TC podem ser entendidas enquanto bases ideológicas de um movimento social nascente.
Klein et al. (2018)	Topic Modeling Reveals Distinct Interests within an Online Conspiracy Forum	Frontiers in Psychology	10.3389/fpsyg.2018.00189	Desenvolveram uma abordagem original para estudar o conspiracionismo online, alegando que as crenças monológicas são apenas a ponta do iceberg do suporte à TC, uma vez que os sujeitos pertencentes a um grupo conspiracionista se mostraram ligados por preocupações mais epistemológicas do que aquelas previstas pelo SMC, como irracionalidade ou preocupações comuns.
Miller (2020)	Do COVID-19 Conspiracy Theory Beliefs Form a Monological Belief System?	Canadian Journal of Political Science	10.1017/S0008423920000517	Corroborou fortemente o modelo do SMC, uma vez que as alegações conspiratórias se mostraram correlacionadas, e ainda, mesmo as mutualmente contraditórias apresentaram relação positiva entre si. Contudo, reconheceram que esse sistema é mais restrito para pessoas que estão vivenciando circunstâncias de incerteza.
Frenken e Imhoff (2021)	A Uniform Conspiracy Mindset or Differentiated Reactions to Specific Conspiracy Beliefs? Evidence From Latent Profile Analyses	International Review of Social Psychology	10.5334/irsp.590	Elencaram algumas críticas ao SMC. Além disso, Aplicaram uma Análise de Perfil Latente sobre cinco estudos a respeito da crença em TC, discutindo alguns limites do SMC, e ainda, apresentando perspectivas alternativas ao modelo. Concluíram, todavia, que há uma emergente unificação entre os pressupostos do SMC e as abordagens divergentes, e que a tese de uma mentalidade conspiratória geral é relativa e contínua.
Buiko and Slipkauskaitė (2022)	It Spreads Like a Disease – Pandemics and Conspiracy Theories	Filosofija-Sociologija	https://philpapers.org/go.pl?id=BUISL&proxyId=&u=https%3A%2F%2Fdx.doi.org%2F10.6001%2Ffil-soc.v33i3.4781	Apresentaram críticas ao SMC, destacando que consirações médicas não se enquadraram coerentemente com os modelos atuais da psicologia de TC.
Williams et al., (2022)	Why are beliefs in different conspiracy theories positively correlated across individuals? Testing monological network versus unidimensional factor model explanations	British Journal of Psychology	10.1111/bjso.12518	Realizaram testes empíricos com o SMC, tratando-o como parte de um modelo de redes (isto é, um modelo no qual as variáveis observadas afetam umas as outras), e ainda, comparando-o com o modelo de explicações unidimensionais. Seus resultados suportaram o modelo de redes, contudo, criticando parcialmente a tese de Goertzel (1994) de que cada crença em uma TC serve de suporte para crenças em outras TC. Segundo eles, o modelo SMC deve ser analisado com cautela, considerando suas limitações empíricas.
Montanari (2023)	Reality Speaks for Itself. When Exhibiting Strong Convictions is Not Properly a Virtue	Open Insight	https://philarchive.org/go.pl?id=PIELRH&proxyId=&u=https%3A%2F%2Fphilpapers.org%2Farchive%2FPIELRH.pdf	Adaptou o conceito de Sistema Monológico de Goertzel (1994), diferenciando, contudo, sua formatação para os fins fenomenológicos de seu trabalho.

Fonte: Dados da *Web of Science*.

Alguns desses artigos convergiram em termos de métodos e conclusões com o modelo do SMC. Viren Swami et al. (2011), por exemplo, investigaram, respectivamente: a ideação conspiracionista de 817 pessoas em relação ao ataque à bomba registrado em Londres em 2005; e a crença em teorias da conspiração fictícias. Como resultado, eles verificaram que o preditor mais forte do suporte de um indivíduo a uma teoria conspiratória foi a presença de uma ideação conspiracionista anterior, mesmo quando a crença central era inteiramente fictícia. Isso significou uma convergência e uma ampliação do modelo de Goertzel (1994), reforçando o papel comunitário em torno da incorporação de alegações de complô em grupos específicos. Em um caso similar, Michael Wood, Karen Douglas e Robbie Sutton (2012) estudaram a concordância de certos sujeitos em relação a alegações sobre a morte da Princesa Diana e de Osama Bin Laden. Verificaram que uma teoria da conspiração pode ser preditora de outra mesmo quando elas se contradizem mutualmente (como as teses de que a Princesa Diana teria

forjado a própria morte e de que ela teria sido assassinada pelo governo britânico). No estudo de Swami e Adrian Furnham (2012), essa circunstância se mostrou semelhante não apenas em torno de teorias da conspiração fictícias ou contraditórias, mas naquelas pouco plausíveis (como em teses sobre o desaparecimento da aviadora Amelia Earhart). Outros estudos, como Brotherton, French e Pickering (2013), Galliford e Furnham (2017), Joanne Miller (2020), também levaram adiante o escopo do SMC, tornando suas considerações mais específicas.

Em suma, esses exemplos demonstraram que esses estudos não apenas replicaram as teses do SMC, pois estenderam o alcance de seus enunciados internos para outras circunstâncias sociais. Operaram, assim, como modalidades positivas – para empregar um termo de Latour (2011) – desse modelo por meio do fortalecimento de suas sentenças gerais, mesmo considerando diferenças fundamentais nos métodos utilizados. Por exemplo, enquanto Swami et al. (2011) e Swami e Furnham (2012) adaptaram uma metodologia de *survey*, desenvolvida por Swami et al. (2010) para a avaliação de ideias conspiracionistas em um contexto britânico e austríaco, Wood, Douglas e Sutton (2012), por sua vez, aplicaram a metodologia elaborada por Douglas e Sutton (2011) para avaliar a convergência dos participantes diante de 17 alegações conspiratórias. Já Brotherton et al. (2013), de maneira original, elaboraram e validaram uma metodologia própria – a escala de Crenças Conspiratórias Genéricas – para medir diferenças individuais em ideias conspiracionistas a partir de um questionário de 15 itens. A despeito das diferenças metodológicas, o emprego de questionários e o tratamento estatístico dos dados foi uma convergência evidenciada nos trabalhos, corroborando, direta ou indiretamente, o modelo do sistema monológico por diferentes meios.

A despeito dessas convergências, o modelo de Goertzel (1994) também foi criticado por outros trabalhos no *corpus*. Franks et al. (2017) analisaram documentos midiáticos, observações de campo e respostas obtidas de entrevistas semiestruturadas no intuito de identificar possíveis recursos simbólicos subjacentes ao aspecto monológico do conspiracionismo. Avaliando a cosmovisão conspiracionista em seis dimensões fundamentais, sugeriram alguns elementos comuns na crença em teorias conspiratórias (TC): a existência de um forte sentido de comunidade entre os crentes em conspirações; uma imagem deturpada diante de grupos externos; uma jornada pessoal de conversão; o engajamento em ações políticas variadas; e ainda, um otimismo diante de mudanças futuras. Em consequência, concluíram que “a monologicidade pode ser menos uma característica definidora da crença em TC e mais uma consequência variável do conjunto de TC em que se acredita” (Franks et al., 2017, p. 13, nossa tradução), apresentando uma diferenciação fundamental em relação ao SMC.

Em outro caso, Marius Frenken e Roland Imhoff (2021) elencaram diversas críticas à concepção de que existe uma “mentalidade de conspiração”, a qual Goertzel (1994) defendeu como sendo de natureza monológica. Visando explorar lacunas metodológicas nessas perspectivas, eles aplicaram Análises de Perfil Latente em cinco estudos empíricos envolvendo entrevistas com participantes diversos. Com base em seus resultados, argumentaram que, se existe um *mindset* conspiracionista, ele deve ser contínuo, não separando dicotomicamente a aceitação ou a negação de crenças conspiratórias, além de uma construção psicológica probabilística e relativa. Em face disso, Frenken e Imhoff (2021, p. 11, nossa tradução) argumentaram que “definir a mentalidade conspiratória como um sistema de crenças (monológico) pode ser um exagero”, pois essa tese não seria facilmente generalizável.

Nesse sentido, Franks et al. (2017) e Frenken e Imhoff (2021) representaram modalidades negativas do SMC, explicitando certas condições de produção potencialmente enfraquecedoras

de seus enunciados gerais (Latour, 2011). Ainda assim, elas não se mostraram suficientes para desbancar seu escopo teórico, contribuindo, em última instância, para uma diferenciação em suas bases teóricas. Isso ficou evidenciado em Frenken e Imhoff (2021) ao sugerirem um acolhimento do SMC por outras abordagens, como a da Mentalidade Conspiracionista. Willians et al. (2022) foram por um caminho similar ao delinear o SMC como um “modelo de redes”, mesmo que com críticas psicométricas ao modelo inaugurado por Goertzel (1994).

Considerando essas confluências e convergências, gostaríamos de retomar o conceito de “referência circulante” de Latour (2001). Conforme descreveu o filósofo sobre o acontecimento “floresta-savana”, o conhecimento dessa ocorrência não adveio da observação direta dos pesquisadores, refletindo um mundo exterior descoberto em meio a arranjos inesperados encontrados na Amazônia. De outro modo, aquele conhecimento foi fabricado pelo encadeamento de um fluxo de eventos, englobando desde a experimentação do problema, perpassando a organização do sítio para sua medição, ganhando aspecto simbólico por intermédio da distribuição dos torrões no pedocomputador, se consolidando sociotecnicamente pela inscrição dos resultados em um diagrama matemático inscrito em um artigo científico. Um conhecimento, portanto, deambulatório por definição, no qual “o abismo imenso entre coisas e palavras pode ser encontrado em toda parte, distribuído por incontáveis lacunas menores entre os torrões e os cubos-caixas-códigos do pedocomputador” (Latour, 2001, p. 66).

Desse aspecto dinâmico, a concepção de “evento” ganha importância analítica na medida pela qual permite superar o conflito entre construtivismo e realismo. Desenvolvido singularmente por Alfred North Whitehead (1993), foi instaurado como o campo de uma relação lógica binária, no qual eventos são as coisas conectadas por relações de extensão. Se um evento “A” está conectado a um evento “B”, então esses podem apresentar, entre si, quaisquer tipos de relação, quais sejam: “A” estender-se sobre “B”; “B” estender-se sobre “A”; “A” e “B” estenderem-se sobre um terceiro evento “C”; “A” e “B” não apresentarem conexão. Das complexas relações entre inúmeros eventos despontando no mundo, o filósofo inglês concebeu a concepção de evento como uma possibilidade de compor um quadro analítico capaz de substituir a concepção moderna de descoberta. Nesses moldes, descreveu o caráter contínuo que experienciamos na realidade sensível como atrelado à própria continuidade dos eventos – e não mais a partir do dualismo corpo-mente característico do pensamento cartesiano moderno.

Com Latour (2001), a concepção de “evento” ganhou aspecto pragmático ao ser aplicada para descrever a formação prática dos fatos científicos. Segundo o filósofo francês, cientistas não apenas descobrem uma realidade – até então misteriosa – por meio de experimentos ou observações capazes de validar sua existência positiva. Superando a relação binária entre sujeito e objeto, o realismo pragmático latouriano passou a conceber o próprio desenvolvimento de um experimento – ou o conjunto deles – como eventos que têm sua causalidade corroborada somente *a posteriori*. Tal qual a série de procedimentos aplicados pelo grupo engajado no acontecimento floresta-savana podem ser entendidos como eventos singulares, o conhecimento depreendido desses experimentos também poderá se tornar um evento. Isso ocorrerá quando – e se – as inscrições produzidas forem experienciadas por outros cientistas interessados no estudo daquele acontecimento, produzindo controvérsias e convergências em torno da realidade do fenômeno estudado. Assim, a concatenação desses eventos acarretará ou não a transformação das proposições inscritas em artigos, *Papers* e livros-texto em fatos, num processo discutido por Fleck (2010) como social e coletivo por excelência.

No âmbito deste ensaio, nossa tese reside sobre a hipótese de esse processo pragmático de fabricação dos fatos, da verdade e da experimentação científica também se reproduzir – por

outros meios – na construção teórica de significados sobre as teorias da conspiração. Gostaríamos de tomar o próximo tópico para desenvolver esse argumento e concluir o texto.

4 Desdobramentos para os estudos do conspiracionismo

A tese que estamos a defender é a seguinte: a realidade das teorias da conspiração não pode ser desassociada dos processos pelos quais ela é produzida em âmbitos sociotécnicos. Nos firmando nos exemplos anteriores, gostaríamos de argumentar que a série de procedimentos empregada pelos pesquisadores(as) se constituiu como um conjunto de eventos correspondentes por instaurar a realidade desse fenômeno – ou evento, para atualizar a gramática. Tal qual o acontecimento floresta-savana atraiu o interesse de diversos pesquisadores diante de sua ocorrência inexplicada, certas atitudes, comportamentos e opiniões pessoais, consideradas socialmente como conspiracionistas e, por conseguinte, problemáticas, se tornaram “matérias de interesse” (Latour, 2012) em diversos campos de estudos (como a psicologia social). Dentre essas, enquadram-se desde comportamentos pessoais, como a busca exagerada por explicações causais para eventos, a necessidade de sentir-se seguro em circunstâncias incertas e a manutenção de uma visão positiva de um grupo, até fatores psicológicos, demográficos, políticos e comunicacionais mais amplos (Douglas et al., 2017; Douglas et al., 2019).

Em uma dinâmica semelhante, essas ações foram mapeadas por intermédio de procedimentos sociotécnicos, como técnicas de *surveys*, entrevistas por telefone, análises de regressão, análises de perfil latente etc. (Goertzel, 1994; Swami et al., 2011; Wood et al., 2012; Frenken & Imhoff, 2021). Na esteira desse encadeamento, os resultados desses procedimentos foram traduzidos em conceitos específicos – como o Sistema Monológico de Crenças – que passaram a ser compartilhados em comunidades especializadas enquanto fatos razoavelmente estáveis acerca da realidade das teorias da conspiração. Uma vez instituídos, esses conceitos tomaram forma como quadros analíticos a partir dos quais os pesquisadores puderam atuar para levar adiante seu escopo teórico – como fizeram Swami et al. (2011), Wood et al. (2012) e Galliford e Furnham (2017) – ou criticar seus fundamentos com base em novos procedimentos demonstrando limitações em seu formato e aplicabilidade – como realizaram Franks et al. (2017) e Frenken e Imhoff (2021).

Em suma, esses exemplos expressam como a trajetória da formação conceitual das teorias da conspiração está repleta de eventos instauradores de realidade. Dessa maneira, argumentamos que esse entendimento pragmático permite compreender mais profundamente alguns problemas epistemológicos específicos. Em primeiro lugar, nem toda teoria considerada conspiratória pode ser considerada falsa por definição, uma vez que algumas situações envolvendo alegações de complô tiveram sua veracidade comprovada ao longo da história. Isso ocorreu no caso Watergate, nos EUA na década de 1960, em que alegações sobre o ex-presidente Richard Nixon estar envolvido em um atentado à sede do Partido Democrata surgiram como teorias conspiratórias inverídicas, mas foram corroboradas pelo escrutínio dos fatos (Wood et al., 2012). Além disso, nem toda alegação de complô cotidiana (como desconfiar que alguém está tramando malevolamente contra você ou seu grupo) se tornará uma teoria da conspiração propriamente dita (como as reconhecidas alegações antivacina de que existe uma conspiração global para infectar pessoas), ao passo que o rótulo de “conspiracionista” tem sido fruto de recusa entre os adeptos desse tipo de alegação, se edificando como um estigma social (Lantian et al., 2018).

De uma perspectiva tradicional, essas duas circunstâncias costumam ser explicadas a partir de uma lógica na qual “realidade” e “explicação” se confundem: teoria da conspiração “é” a própria alegação de complô. Contudo, argumentamos que essa lógica falha ao não descrever as seguintes questões: i) se a alegação de complô é a própria teoria da conspiração, então a validação de certos argumentos conspiratórios – como ocorreu no caso Watergate – implicaria a dissolução do rótulo de “conspiracionista”; ii) no entanto, na prática, esse rótulo costuma se impregnar em certos grupos independentemente do escrutínio dos fatos, se estendendo, inclusive, para certas alegações negacionistas que não são necessariamente conspiratórias (como em algumas teses sobre a Terra plana, que se fundamentam em alegações muitas vezes cosmológicas e bíblicas para serem instauradas). Em primeira análise, essa circunstância sinaliza a predominância de um conceito avaliativo de teorias da conspiração, no qual “as atribuições da ‘teoria da conspiração’ parecem ser orientadas por uma avaliação da teoria do alvo, mesmo na ausência de um componente de conspiração” (Napolitano; Reuter, 2021, s. p.). Em última análise, representa uma limitação da explicação de que teorias da conspiração são dotadas de uma realidade independente dos processos que as instauram, uma vez que sua instituição parece ter uma base social e coletiva fundamental que vai além do controle de seus adeptos.

Nesse seguimento, defendemos o seguinte argumento epistemológico: teorias da conspiração se tornam o resultado de um processo sociotécnico circulante, constituído por uma série de eventos instauradores, envolvendo pelo menos três elementos pragmáticos fundamentais: i) a existência de alegações socialmente compartilhadas sobre determinado acontecimento que têm sua causalidade conferida a um suposto complô; ii) a experimentação dessas alegações por certos atores se fazendo valer de procedimentos específicos capazes de materializar explicações simbolizadoras de sua realidade (como as referências circulantes nas pesquisas sobre teorias da conspiração); iii) o compartilhamento coletivo dos significados negociados nesse processo sociotécnico, envolvendo não apenas os sujeitos coparticipantes de sua instauração, mas os diversos atores não humanos atuando em meios sociais, digitais e culturais (como divulgadores científicos, periódicos científicos, matérias em jornais, algoritmos promotores de conteúdo etc.).

Esse tipo de interpretação pode abrir margem para estudos do campo da Psicologia Social investigarem o conspiracionismo a partir de perspectivas menos autoritárias ou ingênuas, nos moldes preconizados por Harambam (2021) a respeito das plataformas deliberativas de conhecimento cidadão, favorecendo o escrutínio coletivo e não individual acerca da qualidade da informação pública. Além disso, elas podem contribuir para compreender os fatores sociotécnicos que levam pessoas ou grupos a corroborarem certas alegações de complô, uma vez o foco analítico residirá menos nas consequências aparentes desse tipo de explicação do que na circulação de referências que instauram sua formatação usual, na esteira da metodologia de Bruno Latour (2001). Por fim, essa interpretação pragmática nos leva a identificar uma circunstância curiosa: quanto mais certas práticas culturais têm produzido um conceito depreciativo em relação às teorias da conspiração, associando-as a narrativas negacionistas, falsárias e irrealistas, mais realidade elas estão a conceder a seus acontecimentos.

Referências

- Adorno, T. (2003). *Notas de literatura*. Duas Cidades, Editora 34.
- Bessi, Alessandro, Coletto, Mauro, Davidescu, George Alexandru, Scala, Antonio, Caldarelli, Guido, & Quattrocioni, Walter. (2015). Science vs conspiracy: Collective narratives in the age of misinformation. *PLoS ONE*, 10(2), 1–17. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0118093>
- Bjerg, Ole, & Presskorn-Thygesen, Thomas. (2017). Conspiracy Theory: Truth Claim or Language Game? *Theory, Culture and Society*, 34(1), 137–159. <https://doi.org/10.1177/0263276416657880>
- Bogart, Laura M., Wagner, Glenn J., Green, Harold D., Mutchler, Matt G., Klein, David J., McDavitt, Bryce, Lawrence, Sean J., & Hilliard, Charles L. (2016). Medical mistrust among social network members may contribute to antiretroviral treatment nonadherence in African Americans living with HIV. *Social Science and Medicine*, 164, 133–140. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2016.03.028>
- Brotherton R, French C. C., & Pickering A. D. (2013). Measuring belief in conspiracy theories: the generic conspiracist beliefs scale. *Front. Psychol.* 4:1–15. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2013.00279>
- Douglas, Karen M., Sutton, Robbie M., & Cichocka, Aleksandra. (2017). The psychology of conspiracy theories. *Current Directions in Psychological Science*, 26(6), 538–542. <https://doi.org/10.1177/0963721417718261>
- Douglas, Karen M., Uscinski, Joseph E., Sutton, Robbie M., Cichocka, Aleksandra, Nefes, Turkay, Ang, Chee Siang, & Deravi, Farzin. (2019). Understanding Conspiracy Theories. *Political Psychology*, 40(S1), 3–35. <https://doi.org/10.1111/pops.12568>
- Fleck, L (2010). *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Fabrefactum.
- Fleury, Luis Felipe de Oliveira, Formiga, Nilton Soares, & Souza, Marcos Aguiar de. (2018). Propriedades psicométricas da escala de Anomia Social de Srole em trabalhadores brasileiros. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13(4), 1-16. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082018000400017
- Franks, B, Bangerter, A, Bauer, MW, Hall, M, & Noort, MC. (2017). Beyond “Monologicality”? Exploring Conspiracist Worldviews. *Front Psychol*, 8:861. doi: 10.3389/fpsyg.2017.00861
- Frenken, Marius, & Imhoff, Roland (2021) ‘A Uniform Conspiracy Mindset or Differentiated Reactions to Specific Conspiracy Beliefs? Evidence From Latent Profile Analyses’, *International Review of Social Psychology*, 34(1), p. 27. <https://doi.org/10.5334/irsp.590>.
- Galliford, N., & Furnham, A. (2013). Individual difference factors and beliefs in medical and political conspiracy theories. *Scand J Psychol*;58(5):422-428. doi: 10.1111/sjop
- Galliford, N., & Furnham, A. (2017). Individual difference factors and beliefs in medical and political conspiracy theories. *Scand J Psychol*. 58(5):422-428. doi: 10.1111/sjop.12382.
- Goertzel, Ben (1993). *The structure of intelligence*. Springer-Verlag.
- Goertzel, Ted (2010). Conspiracy theories in science. *EMBO Reports*, 11(7), 493–499. <https://doi.org/10.1038/embor.2010.84>
- Goertzel, Ted (1994). Belief in Conspiracy theories. *Political Psychology*, 15, 733-744. <https://doi.org/10.2307/3791630>
- Harambam, Jaron (2021). Against modernist illusions: Why we need more democratic and constructivist alternatives to debunking conspiracy theories. *Journal for Cultural Research*, 25(1), 104–122. <https://doi.org/10.1080/14797585.2021.1886424>
- Hofstadter, Richard (1964). The paranoid style in American politics: *Harpers Magazine*, 77-86. Retrieved 2012. <https://harpers.org/archive/1964/11/the-paranoid-style-in-american-politics/>
- James, William (2013). *Pragmatism: a new name for some old ways of thinking*. Timeless Book, E-book.
- Lantian, Anthony, Muller, Dominique, Nurra, Cécile, Klein, Oliver, Berjot, Sophie, & Pantazi, Myrto (2018). Stigmatized beliefs: Conspiracy theories, anticipated negative eval-

- uation of the self, and fear of social exclusion. *European Journal of Social Psychology*, 48(7), 939–954. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2498>
- Latour, Bruno** (2012). *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. EDUFBA.
- Latour, Bruno** (2001). *A Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Edusc.
- Latour, Bruno** (2011). *A ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. Editora Unesp.
- Latour, Bruno & Woolgar, Steve** (1997). *Vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Relume Dumará.
- Marconi, M. A.; Lakatos, E. M.** (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. (5a ed). Atlas.
- McIntyre, Lee** (2018). *Post-thruh*. The MIT Press.
- Miller Joanne M.** (2020). Do COVID-19 Conspiracy Theory Beliefs Form a Monological Belief System? *Canadian Journal of Political Science*. 53(2):319-326. <https://doi.org/10.1017/S0008423920000517>
- Napolitano, M. Giulia, & Reuter, Kevin** (2021). What is a Conspiracy Theory? *Erkenntnis*, 88, 2035–2062. <https://doi.org/10.1007/s10670-021-00441-6>
- Popper, Karl** (1974). *A sociedade aberta e seus inimigos*, 2. Itatiaia.
- Salinas, Francisco J.** (2016). Bruno latour's pragmatic realism: An ontological inquiry. *Global Discourse*, 6(1–2), 8–21. <https://doi.org/10.1080/23269995.2014.992597>
- Swami, Viren, Chamorro-Premuzic, Tomas, & Furnham, Adrien** (2010). Unanswered questions: A preliminary investigation of personality and individual difference predictors of 9/11 conspiracist beliefs. *Applied Cognitive Psychology*, 24, 749–761. <https://doi.org/10.1002/acp.1583>
- Swami, Viren, Coles, Rebecca, Stieger, Stefan, Pietschnig, Jakob, Furnham, Adrian, Rehim, Sherry, & Voracek, Martin** (2011). Conspiracist ideation in Britain and Austria: Evidence of a monological belief system and associations between individual psychological differences and real-world and fictitious conspiracy theories. *British Journal of Psychology*, 102, 443–463. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8295.2010.02004.x>
- Swami, Viren. Furnham, Adrian** (2012) Examining Conspiracist Beliefs About the Disappearance of Amelia Earhart, *The Journal of General Psychology*, 139:4, 244-259, <https://doi.org/10.1080/00221309.2012.697932>
- Wakefield AJ, Murch SH, Anthony A, Linnell J, Casson DM, Malik M, Berelowitz M, Dhillon AP, Thomson MA, Harvey P, Valentine A, Davies SE, Walker-Smith JA.** Ileal-lymphoid-nodular hyperplasia, non-specific colitis, and pervasive developmental disorder in children. *Lancet*. 1998 Feb 28;351(9103):637-41. doi: 10.1016/s0140-6736(97)11096-0. Retraction in: *Lancet*. 2010 Feb 6;375(9713):445
- Whitehead, Alfred North** (1993). *O conceito de natureza*. Martins Fontes.
- Williams, MN, Marques, MD, Hill, SR, Kerr, JR, & Ling, M.** (2022). Why are beliefs in different conspiracy theories positively correlated across individuals? Testing monological network versus unidimensional factor model explanations. *Br J Soc Psychol*. 61(3):1011-1031. doi: 10.1111/bjso.12518.
- Williams Matt N., Marques Mathew D., Hill Stephen R., Kerr John R., Ling Mathew.** (2022) Why are beliefs in different conspiracy theories positively correlated across individuals? Testing monological network versus unidimensional factor model explanations. *Br J Soc Psychol*. Jul;61(3):1011-1031 <https://doi.org/10.1111/bjso.12518>
- Wood, Michael J., Douglas, Karen M., & Sutton, Robbie M.** (2012). Dead and alive: Beliefs in contradictory conspiracy theories. *Social Psychological and Personality Science*, 3(6), 767–773. <https://doi.org/10.1177/19485506114347863>

LEONARDO WILEZELEK SOARES DE MELO

<https://orcid.org/0000-0002-4243-4216>

Doutor em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Atualmente, é professor colaborador do curso de Licenciatura em Química da Universidade Estadual de Paraná (UNESPAR).

leonardowdemelo@gmail.com

MOISÉS ALVES DE OLIVEIRA

<https://orcid.org/0000-0003-0102-9385>

Doutor em Educação Básica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2005). Atualmente, é professor Associado do Departamento de Química e docente do Programa de Mestrado Profissional ProfQui/UEL e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina.

moises@uel.br

Histórico	Submissão: 16/04/2024 Revisão: 04/02/2025 Aceite: 12/04/2025
Editor científico	Dr. Jorge Castillo-Sepúlveda
Contribuição dos autores	Conceitualização: LWSM Curadoria de dados: LWSM Análise formal: LWSM Investigação: LWSM Metodologia: LWSM Escrita original: LWSM e MAO Escrita - revisão e edição: LWSM e MAO
Financiamento	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). PROEX (Programa de Excelência Acadêmica). Processo: 88887.488273/2020-00 Projeto: 88882.344407/2015-01 - UEL - Ensino De Ciências E Educação Matemática
Aprovação, ética e consentimento	Não se aplica.